

71.027.866/0001-34

Balanço 2019



bs2

Banco

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Clientes:

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e seu comparativo com 2018.

DESTAQUES

Em 2019 lançamos no mercado nossa plataforma digital para pessoas físicas – App BS2 Hub, e para empresas – empresas.bs2.com. Ao longo do exercício incrementamos nossa oferta com diversas soluções integradas com a conta digital, como plataforma aberta de investimentos, compra de papel moeda, abertura de conta internacional, gestão de boletos e aquisição (maquininha) para empresas. Foram meses de muita construção para colocarmos a serviço de nossos clientes soluções que simplifiquem sua vida financeira. Encerramos o ano com cerca de 294 mil contas abertas.

O último release do ano foi a conta internacional BS2 que, através de uma jornada simples e integrada no mesmo app, permite abertura de uma conta em dólares, com transferências instantâneas em qualquer dia da semana.

Câmbio

A carteira de câmbio figurou, mais uma vez, como um dos pilares do nosso negócio, originando R\$ 107 milhões de resultado em 2019 (R\$ 88 milhões em 2018) para um volume de R\$ 5.470,8 milhões em operações de remessas. No varejo, atuando pela controlada BS2 DTVM S.A., transacionamos cerca de USD 447 milhões em papel moeda, por meio de cerca de 60 parceiros, que somam mais de 80 pontos de venda em todo o país.

Crédito

As carteiras de crédito e de direitos creditórios apresentaram um aumento em relação a 2018 totalizando no período R\$ 799 milhões, (R\$ 723 milhões em 2018). A carteira de antecipação de recebíveis de aquisição cresceu 285%, totalizando R\$ 1.448 milhões (R\$ 376 milhões em 2018). As receitas totais de operações de crédito somaram R\$ 64 milhões em 2019, (R\$ 71 milhões em 2018) e as receitas com as operações de antecipação de recebíveis totalizaram R\$ 73 milhões em 2019 (R\$ 32 milhões em 2018), um crescimento de 129%. No próximo trimestre o BS2 lançará novos produtos de crédito, como o cartão de crédito e crédito pessoal.

Em relação à provisão para perdas, o Banco manteve excelentes patamares, registrando ao longo do ano R\$ 14 milhões em recuperação de créditos (R\$ 11 milhões em 2018).

Investimentos

Em menos de 12 meses de operação a plataforma de investimentos do BS2 acumulou um total de mais de 41 mil contas abertas, que somavam um volume custodiado de R\$ 262 milhões em 31/12/19, entre mais de 100 produtos de renda fixa e fundos de investimentos de estratégias diversas.

Meios de pagamento (adquirência)

A partir de janeiro de 2019 o Banco BS2 migrou a operação de aquisição para a Adiq Soluções de Pagamento S.A. (Adiq), consolidando-a numa instituição de pagamento que atua principalmente nos segmentos de credenciamento, processando aproximadamente de R\$ 40.172 milhões em 2019 (R\$ 19.629 milhões em

mesmo período de 2018) com um volume total de R\$ 6.213 milhões em antecipação de agenda de recebíveis (R\$ 2.336 milhões em 2018).

Em setembro a Adiq concluiu sua fusão com uma empresa de tecnologia que complementou sua plataforma tecnológica, possibilitando assim sua inserção mais robusta em nichos específicos do mercado, até então pouco explorados.

Parcerias Estratégicas

O Banco BS2 possui participação, direta e indireta, de 30% na Butiá Gestão de Investimentos, Asset independente que em 31 de dezembro possuía R\$ 638 milhões de ativos sob gestão.

Em setembro lançou sua *startup* Blu by BS2, uma plataforma totalmente digital de educação financeira para pais e filhos.

Captação de Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 3.011 milhões em 2019 (R\$ 2.354 milhões em 2018). A estratégia de captação via depósitos a prazo, inclusive letras financeiras subordinadas, mantém o equilíbrio dos custos aliado a uma remuneração adequada aos nossos clientes investidores.

Intermediação Financeira, Custos e Despesas, Resultado

O resultado da intermediação financeira no exercício foi de R\$ 82 milhões (R\$ 79 milhões em 2018), suficiente para custear as despesas e investimentos necessários nesta fase de crescimento e consolidação da plataforma digital, BS2 Hub.

As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 351 milhões no exercício (R\$ 211 milhões em 2018), registrando aumento de 66% em relação ao período anterior. Este resultado ficou dentro do planejado e alinhado ao planejamento estratégico, fruto dos investimentos relevantes em time, tecnologia e produtos.

Mesmo em face a tantos investimentos, principalmente em tecnologia e pessoas, o Banco BS2 fechou o exercício de 2019 com um lucro líquido de R\$ 8,4 milhões.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido do BS2 totalizou R\$ 504 milhões em 2019, composto pelo resultado do período e pelos aportes de capital, nos montantes de R\$ 85 milhões, R\$ 100 milhões e R\$ 11,9 milhões, efetivados por seus acionistas em 29 de abril de 2019, 30 de setembro de 2019 e em 17 de dezembro de 2019, respectivamente, que, mais uma vez, afirmaram total apoio na execução da estratégia digital do Banco.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo engajamento na execução estratégica do BS2 e aos nossos parceiros e clientes, que muito nos honram com sua preferência e confiança.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.

A Diretora Executiva

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Banco		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		3.695.192	5.110.656	8.486.600	5.230.598	Circulante		1.794.864	3.937.188	6.537.304	4.003.169
Disponibilidades	3	63.061	52.269	81.807	61.763	Depósitos	10	1.357.159	773.785	795.602	763.744
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	719.992	1.018.540	719.992	1.018.540	Depósitos à vista		529.254	76.118	118.966	75.743
Aplicações no mercado aberto		719.992	996.797	719.992	996.797	Depósitos interfinanceiros		188.400	128.676	188.400	128.676
Aplicações em depósitos interfinanceiros			21.743		21.743	Depósitos a prazo		635.707	568.991	484.438	559.325
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	860.282	564.088	1.000.850	667.486	Outros depósitos		3.798		3.798	
Carteira própria		384.746	485.655	474.848	589.053	Captações no mercado aberto		15.462		12.792	
Vinculados a compromissos de recompra		15.482		15.482		Carteira própria		15.462		12.792	
Vinculados à prestação de garantias		304.207	78.433	354.673	78.433	Recursos de aceites e emissão de títulos	11	66.054	69.532	66.054	69.532
Vinculados ao Banco Central		11.984		11.984		Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		66.054	69.532	66.054	69.532
Instrumentos financeiros derivativos		143.863		143.863		Relações interdependências		46.676	37.913	47.078	37.913
Relações interfinanceiras		1.455.013	2.996.331	6.061.433	2.996.331	Recursos em trânsito de terceiros		46.676	37.913	47.078	37.913
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.447.928	2.995.651	6.054.348	2.995.651	Obrigações por empréstimos e repasses	7			7	
Depósitos no Banco Central		7.035	545	7.035	545	Empréstimos no exterior		7		7	
Correspondentes		50	135	50	135	Instrumentos financeiros derivativos		90	22	90	22
Operações de crédito	6	289.853	166.480	272.307	166.480	Outras obrigações		309.416	3.055.936	5.615.681	3.131.958
Operações de crédito		300.637	171.889	283.003	171.889	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.128	913	1.128	913
Operações de crédito vinculadas a cessão			1.188		1.188	Carteira de câmbio	12(a)	6.609	30.709	6.609	30.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.784)	(6.597)	(10.696)	(6.597)	Fiscais e previdenciárias	12(b)	6.887	4.555	10.655	6.391
Outros créditos		278.128	295.253	321.086	302.219	Negociação e intermediação de valores		969	41.486	7.272	41.507
Carteira de câmbio	7(a)	6.104	27.866	6.104	27.866	Dividas subordinadas	12(c)	243.847	3.360	243.847	3.360
Rendas a receber		7.502	1.000	7.640	1.109	Diversas	12(e)	49.976	2.974.913	5.346.170	3.049.078
Negociação e intermediação de valores			4.961		4.961	Não circulante		1.946.453	1.576.680	1.946.453	1.576.680
Diversos	7(b)	273.203	268.261	313.551	275.118	Passivo exigível a longo prazo		1.942.555	1.572.667	1.942.555	1.572.667
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.681)	(6.835)	(8.681)	(6.835)	Depósitos		1.837.754	1.272.419	1.837.754	1.272.419
Outros valores e bens	8	28.863	17.695	29.125	17.779	Depósitos interfinanceiros		406	45.228	406	45.228
Outros valores e bens		21.246	16.701	21.246	16.701	Depósitos a prazo		1.837.348	1.227.191	1.837.348	1.227.191
Provisões para desvalorizações		(1.637)	(1.731)	(1.637)	(1.731)	Recursos de aceites e emissão de títulos		7.982	15.671	7.982	15.671
Despesas antecipadas		9.254	2.725	9.516	2.809	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		7.982	15.671	7.982	15.671
Não circulante		549.503	715.057	507.346	660.338	Outras obrigações		96.819	284.577	96.819	284.577
Realizável a longo prazo		398.034	592.110	398.034	592.363	Fiscais e previdenciárias	12(b)	315	1.009	315	1.009
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4		55		55	Dividas subordinadas	12(c)	229.449		229.449	
Aplicações em depósitos interfinanceiros			55		55	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12(d)	46.563		46.563	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5		133.830		133.830	Diversas	12(e)	49.941	54.119	49.941	54.119
Instrumentos financeiros derivativos			133.830		133.830	Resultados de exercícios futuros		3.898	4.013	3.898	4.013
Operações de crédito	6	122.905	129.505	122.905	129.505	Participações de não controladores				6.071	2.028
Operações de crédito		130.984	138.613	130.984	138.613	Patrimônio líquido		503.378	311.845	504.118	309.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.079)	(9.108)	(8.079)	(9.108)	Capital de domiciliados no país	13(a)	458.621	261.721	458.621	261.721
Outros créditos		271.333	324.235	271.333	324.488	Reservas de capital		1.287		1.939	
Rendas a receber		1.998	4.016	1.998	4.016	Reservas de lucros	13(b)	43.334	48.945	43.422	46.159
Diversos	7(b)	269.882	320.832	269.882	321.085	Ajustes de avaliação patrimonial		136	1.179	136	1.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(547)	(613)	(547)	(613)	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.244.695	5.825.713	8.993.946	5.890.936
Outros valores e bens	8	3.796	4.485	3.796	4.485						
Despesas antecipadas		3.796	4.485	3.796	4.485						
Permanente		151.469	122.947	109.312	67.975						
Investimentos		77.806	56.897	2.460	1.880						
Dependências no exterior	9	405									
Participações em coligadas e controladas no país	9	75.295	55.190	554	173						
Outros investimentos		1.906	1.707	1.906	1.707						
Imobilizado de uso		38.449	29.028	41.249	30.056						
Outras imobilizações de uso		52.016	39.209	58.873	43.849						
Depreciações acumuladas		(13.567)	(10.181)	(17.624)	(13.793)						
Intangível		35.414	37.022	65.603	36.039						
Ativos intangíveis		50.072	42.540	82.880	42.689						
Amortização acumulada		(14.658)	(5.518)	(17.277)	(6.650)						
Total do ativo		4.244.695	5.825.713	8.993.946	5.890.936						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

O primeiro banco digital com conta em dólar e sem mensalidade.

bs2
Banco

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco		Consolidado	
		2º semestre 2019	2019	2º semestre 2018	2018
Receitas da intermediação financeira		134.057	276.548	248.447	142.036
Operações de crédito	15	36.719	64.569	70.530	36.391
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	16	29.344	75.455	53.772	34.292
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		9.360	20.167	41.497	8.983
Resultado de operações de câmbio		53.712	98.435	79.049	57.448
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		4.922	17.922	3.599	4.922
Despesas da intermediação financeira		(105.524)	(212.517)	(179.497)	(104.215)
Operações de captação no mercado	17	(100.842)	(206.366)	(168.366)	(99.646)
Operações de empréstimos e repasses		(119)	(207)	(2.139)	(119)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(17)	(598)	(17)	(598)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.563)	(5.927)	(8.394)	(4.450)
Resultado bruto da intermediação financeira		28.533	64.031	68.950	37.821
Outras receitas (despesas) operacionais		(55.866)	(85.476)	(16.226)	(63.563)
Receitas de prestação de serviços	18	53.973	81.944	54.623	78.057
Rendas de tarifas bancárias		2.831	4.538	2.000	2.843
Despesas de pessoal	19	(29.289)	(56.148)	(48.264)	(51.331)
Outras despesas administrativas	20	(137.206)	(247.705)	(144.534)	(144.099)
Despesas tributárias	21	(10.994)	(21.331)	(19.464)	(17.455)
Resultado de participações em coligada e controladas	9	(2.058)	(2.004)	(3.525)	179
Outras receitas operacionais	22	82.277	186.940	178.584	88.260
Outras despesas operacionais	22	(15.400)	(31.710)	(35.646)	(20.017)
Resultado operacional		(27.333)	(21.445)	52.724	(17.086)
Resultado não operacional		10.970	11.360	1.147	10.529
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(16.363)	(10.085)	53.871	(15.213)
Imposto de renda e contribuição social	14(d)	24.038	22.628	(12.804)	27.177
Provisão para imposto de renda		860	(566)	(504)	725
Provisão para contribuição social		328	(527)	(744)	243
Ativo fiscal diferido		22.850	23.721	(11.556)	26.209
Participações estatutárias no lucro		(288)	(4.154)	(5.499)	(1.847)
Lucro líquido do semestre/exercício		7.387	8.389	35.568	10.117
Lucro atribuível a acionistas controladores					10.117
Lucro atribuível a acionistas não controladores					9
Lucro por lote de mil ações - R\$		82,69	93,91	679,50	233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Banco

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Banco				
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		30.877	1.727	234.325
Ajuste a valor de mercado - TVM				(548)	(548)
Aumento de capital	60.000				60.000
Lucro líquido do exercício					35.568
Destinação do lucro:					
Constituição de reservas			18.068		(18.068)
Juros sobre o capital próprio					(13.500)
Dividendos					(4.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		48.945	1.179	311.845
Ajuste a valor de mercado - TVM				(1.043)	(1.043)
Aumento de capital	196.900				196.900
Remuneração baseada em ações		1.287			1.287
Lucro líquido do exercício					8.389
Destinação do lucro:					
Constituição de reservas			8.389		(8.389)
Juros sobre o capital próprio					(14.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.287	43.334	136	503.378
Saldo em 30 de junho de 2019	346.721		48.945	495	397.163
Ajuste a valor de mercado - TVM				(359)	(359)
Aumento de capital	111.900				111.900
Remuneração baseada em ações		1.287			1.287
Lucro líquido do semestre					7.387
Destinação do lucro:					
Constituição de reservas			8.389		(8.389)
Juros sobre o capital próprio					(14.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.287	43.334	136	503.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Consolidado						
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participações de não controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		30.877	1.727	234.325	1.717	236.042
Ajuste a valor de mercado - TVM				(548)	(548)		(548)
Aumento de capital	60.000				60.000	880	60.880
Lucro líquido do exercício					35.568	(524)	35.044
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			15.282		(18.068)	(2.786)	(2.786)
Juros sobre o capital próprio					(13.500)	(13.500)	(13.500)
Dividendos					(4.000)	(4.000)	(4.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		46.159	1.179	309.059	2.028	311.087
Ajuste a valor de mercado - TVM				(1.043)	(1.043)		(1.043)
Aumento de capital	196.900				196.900	3.967	200.867
Redução de capital						(50)	(50)
Aquisição de participações societárias de não controladores						176	176
Remuneração baseada em ações		1.939			1.939		1.939
Lucro líquido do exercício					11.263	11.263	233
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			11.263		(11.263)		(14.000)
Juros sobre o capital próprio			(14.000)				(283)
Dividendos							(283)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.939	43.422	136	504.118	6.071	510.189
Saldo em 30 de junho de 2019	346.721		46.159	495	394.377	3.113	397.490
Ajuste a valor de mercado - TVM				(359)	(359)		(359)
Aumento de capital	111.900				111.900	2.910	114.810
Aquisição de participações societárias de não controladores						176	176
Remuneração baseada em ações		1.939			1.939		1.939
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre					10.261	10.261	9
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			11.263		(11.263)		(14.000)
Juros sobre o capital próprio			(14.000)				(137)
Dividendos							(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.939	43.422	136	504.118	6.071	510.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Banco

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Banco	
	2º semestre 2019	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido	7.387	8.389
Ajustes ao lucro líquido	17.946	37.972
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.563	5.927
Depreciação e amortização	7.773	12.874
Resultado de participação em controlada	2.058	2.004
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários		628
Ganhos / perdas de capital líquidas	(10.630)	(10.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.850)	(23.721)
Variação cambial dívida subordinada	11.765	9.240
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(38.556)	(63.824)
Variação cambial de outros ativos e passivos	58.339	105.751
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	2.135	45
Pagamentos baseados em ações	1.287	1.287
Reversão de provisão para contingências	2.062	(1.374)
Lucro líquido ajustado	25.333	46.361
Variáveis de ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.178	21.798
Títulos e valores mobiliários	75.132	(153.371)
Operações de crédito	(131.180)	(122.699)
Outros créditos	(14.387)	50.493
Outros valores e bens	(1.086)	(10.479)
Depósitos	1.025.604	1.148.602
Captações no mercado aberto	12.418	15.462
Recursos de aceites e emissões de títulos	3.708	(11.166)
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	(1.945)	7
Relações interfinanceiras e interdependências	(680.509)	1.519.850
Instrumentos financeiros derivativos	(13.380)	(8.346)
Outras obrigações	(5.160)	(2.975.965)
Resultado de exercícios futuros	807	(115)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.417)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	317.533	(479.568)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	1.486	1.805
Aquisição de imobilizado de uso	(8.518)	(14.961)
Aquisição de investimentos		(35)
Aquisição de intangível	(7.830)	(10.653)
Alienação de intangível	2.889	3.121
Dividendos recebidos	22	22
Alienação de participações societárias	176	760
Aquisição de participações societárias		(181)
Redução de capital em controladas e coligada		150
Aumento de capital em controladas e coligada	(99)	(12.822)
Integralização de capital em participações societárias	(410)	(410)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.284)	(33.169)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(14.000)	(14.000)
Aumento de capital	111.900	196.900
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	97.900	182.900
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	403.149	(329.837)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	341.348	1.049.066
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	38.556	63.824
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	783.053	1.049.066
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	403.149	(329.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Consolidado	
	2º semestre 2019	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido	10.117	11.496
Ajustes ao lucro líquido	12.914	29.989
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.450	5.814
Depreciação e amortização	9.423	14.740
Resultado de participação em controlada	(179)	(179)
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários		628
Ganhos / perdas de capital líquidas	(11.005)	(10.915)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.209)	(28.128)
Variação cambial dívida subordinada	11.765	9.240
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(39.868)	(67.191)
Variação cambial de outros ativos e passivos	58.401	105.998
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	2.135	45
Pagamentos baseados em ações	1.939	1.939
Reversão de provisão para contingências	2.062	(1.374)
Lucro líquido ajustado	23.031	41.485
Variáveis de ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.178	21.798
Títulos e valores mobiliários	243.538	(191.626)
Operações de crédito	(113.546)	(105.605)
Outros créditos	(24.872)	18.940
Outros valores e bens	(516)	(10.657)
Depósitos	513.234	597.085
Captações no mercado aberto	9.748	12.792
Recursos de aceites e emissões de títulos	3.708	(11.166)
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	(1.945)	7
Relações interfinanceiras e interdependências	(1.594.681)	(3.086.181)
Instrumentos financeiros derivativos	(13.380)	(8.346)
Outras obrigações	1.260.515	2.254.300
Resultado de exercícios futuros	807	(115)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.417)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	327.819	(466.736)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	1.486	1.805
Aquisição de imobilizado de uso	(10.121)	(17.156)
Aquisição de investimentos		(35)
Aquisição de intangível	(29.186)	(43.3

Para o seu negócio, conta digital e sem mensalidade.

bs2
Banco

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
1 Receitas	543.425	465.877	604.729	508.926
1.1 Receitas de Intermediação Financeira	263.009	237.124	279.719	245.474
Operações Crédito	51.030	59.207	50.703	59.207
Resultado de Operações com TVM, Derivativos e Aplicações Interfinanceiras	95.622	95.269	104.515	94.879
Resultado de operações de Câmbio	98.435	79.049	106.579	87.789
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	17.922	3.599	17.922	3.599
1.2 Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	86.482	56.623	125.210	58.082
1.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.927)	(8.394)	(5.814)	(8.394)
1.4 Outras receitas operacionais	199.861	180.524	205.614	213.764
2 Despesas Intermediação Financeira	206.590	171.103	205.080	169.891
Operações de captação no mercado	206.366	168.366	204.856	167.154
Operações de empréstimos e repasses	207	2.139	207	2.139
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	17	598	17	598
3 Insumos adquiridos de terceiros	249.689	160.252	266.619	179.637
3.1 Materiais, energia e outros	45.030	46.709	62.279	77.577
3.1.1 Despesas	11.758	10.269	16.010	13.600
Energia	204	128	541	261
Manutenção	1.147	1.057	1.412	1.159
Material	1.351	665	1.411	686
Seguros	513	238	534	278
Vigilância	1.012	943	1.055	955
Viagens	3.750	2.913	4.504	3.206
Outras despesas administrativas	3.781	4.325	6.553	7.055
3.1.2 Outras despesas operacionais	33.272	36.440	46.269	63.977
3.2 Serviços de Terceiros	108.899	62.139	69.891	46.299
Serviços de terceiros	14.198	4.745	20.348	5.065
Serviços técnicos especializados	94.701	57.394	49.543	41.234
3.3 Recuperação/Perdas	(13.539)	(11.323)	(13.539)	(11.323)
3.4 Outros	109.299	62.727	147.988	67.084
Comunicação	3.615	4.953	6.499	5.158
Promoções	2.690	2.510	3.035	2.658
Propaganda	29.569	2.873	29.915	3.355
Publicações	344	235	517	318
Processamento de dados	57.940	39.243	89.847	41.883
Serviços do Sistema Financeiro	4.593	3.775	6.734	3.901
Transporte	10.548	9.138	11.441	9.811
4 Valor adicionado bruto (1-2-3)	87.146	134.522	133.030	159.398
5 Retenções	12.874	6.402	14.661	6.856
Amortização	9.139	3.323	10.566	3.424
Depreciação	3.735	3.079	4.095	3.432
6 Valor adicionado líquido (4-5)	74.272	128.120	118.369	152.542
7 Valor adicionado recebido	(2.004)	(3.525)	179	179
Resultado de equivalência patrimonial	(2.004)	(3.525)	179	179
8 Valor adicionado a distribuir (6+7)	72.268	124.595	118.548	152.542
9 Distribuição do valor adicionado	72.268	124.595	118.548	152.542
9.1 Pessoal e Encargos	50.827	46.543	89.070	70.918
9.1.1 Pessoal	48.813	44.830	85.194	68.167
Honorários	10.300	11.496	13.080	15.401
Benefícios	7.136	4.639	12.240	7.081
Provento	25.779	21.915	49.647	35.437
Treinamento	1.065	1.016	1.328	1.193
Estagiários	379	265	523	333
Participação nos lucros	4.154	5.499	8.376	8.722
9.1.2 Encargos	2.014	1.713	3.876	2.751
FGTS	2.014	1.713	3.876	2.751
9.2 Impostos, taxas e contribuições	8.178	39.488	22.311	43.928
9.2.1 Federais	6.569	37.618	17.475	41.008
9.2.2 Estaduais	1.609	1.870	4.836	2.920
9.2.3 Municipais	4.874	2.997	6.436	4.870
9.3 Aluguéis	14.000	17.500	14.283	17.545
9.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	4.000	283	4.045	4.045
Dividendos	4.000	283	4.045	4.045
JCP	14.000	13.500	14.000	13.500
9.5 Lucros retidos / Prejuízos	(5.611)	18.067	(13.552)	15.281
Reserva Legal	419	1.778	419	1.778
Reserva Estatutária	(6.030)	16.289	(13.971)	13.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

1 Contexto Operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciado na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado, o lançamento de letras financeiras subordinadas e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

O Banco, controlado diretamente pela Boursuccesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Boursuccesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado) que inclui sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na nota 2(n).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 10 de fevereiro de 2020.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo

valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado do exercício/semestre.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

• Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

• Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. No exercício findo não foram identificados indícios de *impairment*.

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% (20% em 2018 em conformidade com a lei 13.169/15) para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e 9% para as demais empresas, incidentes pelo lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Pagamento baseado em ações

Executivos de alto nível do Banco recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). Quando os títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pelo Banco como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser mensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, o Banco utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas de capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (ou a ser recebidas). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Banco sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a

Encurte as jornadas financeiras e fique mais próximo do seu negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidade em moeda nacional	524	344	8.220	2.559
Disponibilidade em moeda estrangeira	62.537	51.925	73.587	59.204
Total de disponibilidades	63.061	52.269	81.807	61.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	719.992	996.797	719.992	996.797
Total	783.053	1.049.066	801.799	1.058.560

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro	140.831		140.831	
Letras do Tesouro Nacional	129.163	955.300	129.163	955.300
Notas do Tesouro Nacional	449.998	41.497	449.998	41.497
Aplicações no mercado aberto	719.992	996.797	719.992	996.797
Depósitos interfinanceiros		21.743		21.743
Aplicações em moedas estrangeiras		55		55
Total	719.992	1.018.595	719.992	1.018.595
Circulante	719.992	1.018.540	719.992	1.018.540
Realizável a longo prazo		55		55

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Livres				
Letras Financeiras do Tesouro	277.306	398.691	288.467	417.875
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12.874		12.874	
Debêntures		1.373		1.373
Cotas de fundos de investimentos	94.566	85.591	173.507	168.720
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040	9.040	11.482
Vinculado a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	15.482		15.482	
Vinculado ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro	11.984		11.984	
Vinculado a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	304.207	78.433	354.673	78.433
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)	(9.040)	(10.397)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	716.419	564.088	856.987	667.486
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de Swap	143.863	133.830	143.863	133.830
Total	860.282	697.918	1.000.850	801.316
Circulante	860.282	564.088	1.000.850	667.486
Realizável a longo prazo		133.830		133.830

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	Banco 2019							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	724.692	767	725.459	103.606	5.486	145.909	279.179	191.279
Cotas de fundos de investimentos (i)	94.566		94.566	94.566				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12.036	838	12.874				12.874	
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	609.050	(71)	608.979		5.486	145.909	279.179	178.405
Subtotal de títulos e valores mobiliários	724.692	767	725.459	103.606	5.486	145.909	279.179	191.279
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	715.652	767	716.419	94.566	5.486	145.909	279.179	191.279

	Consolidado 2019							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	865.262	765	866.027	182.547	5.486	146.579	309.805	221.610
Cotas de fundos de investimentos (i)	173.507		173.507	173.507				12.874
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12.036	838	12.874					208.736
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	670.679	(73)	670.606		5.486	146.579	309.805	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	865.262	765	866.027	182.547	5.486	146.579	309.805	221.610
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	856.222	765	856.987	173.507	5.486	146.579	309.805	221.610

	Banco 2018							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	571.739	16	571.755	94.631	85.591	401.994	75.130	
Cotas de fundos de investimentos (i)	85.592	(1)	85.591	85.591				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	477.107	17	477.124			401.994	75.130	
Títulos disponíveis para venda	1.372	1	1.373	1.373		1.373		
Debêntures (iv)	1.372	1	1.373	1.373		1.373		
Subtotal de títulos e valores mobiliários	573.111	16	573.128	94.631	1.373	401.994	75.130	
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	564.071	16	564.088	85.591	1.373	401.994	75.130	

	Consolidado 2018							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	674.060	9	674.069	177.761	168.721	401.994	94.314	
Cotas de fundos de investimentos (i)	168.728	(7)	168.721	168.721				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	496.292	16	496.308			401.994	94.314	
Títulos disponíveis para venda	3.813	1	3.814	3.814		3.814		
Debêntures (iv)	3.813	1	3.814	3.814		3.814		
Subtotal de títulos e valores mobiliários	677.873	9	677.883	177.761	177.761	401.994	94.314	
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(10.397)		(10.397)	(10.397)				
Total de títulos e valores mobiliários	667.476	9	667.486	167.364	167.364	401.994	94.314	

(i) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

(ii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2018).

(iii) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de swaps, futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Ativo - a receber		
"Swap" - diferencial a receber	143.863	133.830
Passivo - a pagar		
Obrigações por venda a termo	90	22
Valor líquido	143.773	133.808

(i) Swap

Os swaps Dólar x CDI compõem, a estrutura de hedge de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (R\$ 102.180 em 31/12/2018).

Descrição	Banco e Consolidado					
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a receber						
Swap Dólar	244.224	243.847	(377)	236.146	232.809	(3.337)
Ajuste a pagar						
Swap CDI	103.282	99.984	3.298	103.618	98.979	4.639
Total	140.942	143.863	2.921	132.528	133.830	1.302

(ii) Termo

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco e o Consolidado possuía posições vendidas em termos de moeda estrangeira totalizando R\$ 90 (R\$ 22 em 31/12/2018) com um valor de referência de R\$ 24.450 (R\$ 8.743 em 31/12/2018). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(iii) Futuros

Em 31 de dezembro 2019, o Banco possuía uma posição vendida de contratos de dólar futuro e uma posição vendida de contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. Além disso, o Banco possuía uma posição comprada e uma posição vendida de contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa. O resultado líquido negativo destas operações no período foi de R\$ 2.850 (2018 - resultado líquido negativo de R\$ 8.743).

Em 31 de dezembro de 2019, a BS2 DTVM S.A., realizou operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido negativo de R\$ 180 (2018 - resultado líquido negativo de R\$ 943).

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de hedge estão representados como segue:

Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Banco e Consolidado			
				Valor de Referência 2019	Valor de Referência 2018	Valor de Mercado 2019	Valor de Mercado 2018
Objeto de Hedge	Captação Externa	03/11/2020	Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	(243.847)	(232.809)
Instrumentos de Hedge	Swaps de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	243.847	232.809
			Líquido: Variação cambial mais cupom			0	0
			Passiva: %CDI			(99.984)	(98.979)

Para obtenção do valor de mercado das operações de swap, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3 S.A., ajustadas pelo spread de risco, apurado no fechamento da operação.

6 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Setor Privado				
Crédito pessoal	17.872	22.345	17.872	22.345
Crédito pessoal vinculados a cessão		1.188		1.188
Capital de giro	299.975	254.544	282.341	254.544
Recebíveis adquiridos	36.118		36.118	
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	45.855	31.682	45.855	31.682
Desconto de títulos	528	1.250	528	1.250
Adiantamentos a depositantes	71	681	71	681
Diversos	31.203		31.203	
Total operações de crédito	431.622	311.690	413.988	311.690
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.923		1.923	
Precatórios	376.105	410.759	376.105	410.759
Devedores por compra de valores e bens	319	592	319	592
Diversos	6.601		6.601	
Total outros créditos (*)	384.948	411.351	384.948	411.351
Total carteira de crédito	816.570	723.041	798.936	723.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(18.864)	(15.705)	(18.776)	(15.705)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(3.529)	(1.658)	(3.529)	(1.658)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.393)	(17.363)	(22.305)	(17.363)
Total	794.177	705.678	776.631	705.678
Circulante	497.285	379.242	479.739	379.242
Realizável a longo prazo	296.892	326.436	296.892	326.436

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provis

Compre moeda estrangeira pelo app e receba onde estiver.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

(d) Classificação por setor de atividade

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Indústria	8.525	11.976	8.525	11.976
Outros serviços	366.997	272.757	349.363	272.757
Pessoas físicas	64.943	27.549	64.943	27.549
Administração pública	376.105	410.759	376.105	410.759
Total	816.570	723.041	798.936	723.041

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	Banco		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
		Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Carteira
AA		66.924	79.734	66.924	79.734
A	0,5	554.603	2.773	529.205	2.646
B	1	84.434	844	58.090	581
C	3	63.627	1.909	30.893	927
D	10	22.303	2.230	3.206	320
E	30	9.919	2.976	1.276	383
F	50	3.553	1.777	6.715	3.553
G	70	4.411	3.088	4.724	3.307
H	100	6.796	2.484	2.484	2.484
Total		816.570	22.393	723.041	17.363

(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	2019				2018			
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros
AA			66.924	66.924			79.734	79.734
A	5.256	172.756	309.181	67.410	554.603	8.355	185.886	331.025
B	4.316	49.947		30.171	84.434	584	33.706	23.800
C	161	45.605		17.861	63.627	11.071	14.946	4.876
D	796	21.507		22.303	786	1.284	1.136	3.206
E	960	1.982		6.977	9.919	1.196	80	1.276
F	28	3.525		3.553	45	13.384	13.429	13.429
G	145	4.237		29	4.411	48	4.676	4.724
H	6.210	416		170	6.796	1.448	662	374
Total	17.872	299.975	376.105	122.618	816.570	23.533	254.544	410.759

Nível	2019				2018			
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros
AA			66.924	66.924			79.734	79.734
A	5.256	155.122	309.181	67.410	536.969	8.355	185.886	331.025
B	4.316	49.947		30.171	84.434	584	33.706	23.800
C	161	45.605		17.861	63.627	11.071	14.946	4.876
D	796	21.507		22.303	786	1.284	1.136	3.206
E	960	1.982		6.977	9.919	1.196	80	1.276
F	28	3.525		3.553	45	13.384	13.429	13.429
G	145	4.237		29	4.411	48	4.676	4.724
H	6.210	416		170	6.796	1.448	662	374
Total	17.872	282.341	376.105	122.618	798.936	23.533	254.544	410.759

(g) Concentração da carteira

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	506.435	62,02	499.408	69,07
20 maiores devedores seguintes	195.365	23,93	159.437	22,05
50 maiores devedores seguintes	92.242	11,30	50.522	6,99
100 maiores devedores seguintes	18.212	2,23	5.717	0,79
Outros	4.316	0,52	7.957	1,10
Total	816.570	100,00	723.041	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	17.363	23.917	17.363	23.917
Constituição / reversão de provisão	5.820	7.797	5.732	7.797
Baixas de créditos para prejuízo	(790)	(14.351)	(790)	(14.351)
Saldo no fim do exercício	22.393	17.363	22.305	17.363

No Banco e Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi recuperado o montante de R\$ 13.539 (R\$ 11.323 em 31/12/2018) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renunciado no exercício de 2019 um montante de R\$ 39.005 (R\$ 76.607 em 31/12/2018) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 totaliza em R\$ 1.825 (R\$ 43.517 em 31/12/2018).

7 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	4.016	13.559	4.016	13.559
Direitos sobre vendas de câmbio	4.680	17.135	4.680	17.135
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.642)	(2.828)	(2.642)	(2.828)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 5(e))	50		50	
Total - Circulante	6.104	27.866	6.104	27.866

(b) Diversos

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos tributários	91.473	67.749	99.843	71.712
Devedores por depósitos em garantia (i)	12.201	14.352	12.417	14.372
Baixas sem financeiro (ii)	5.803	6.002	5.804	6.002
Impostos e contribuições a compensar (iii)	36.367	26.877	42.123	29.420
Títulos e créditos a receber (iv)	9.230	57.642	9.230	57.642
Precatórios (v)	376.105	410.759	376.105	410.759
Devedores por compras de valores e bens	319	592	319	592
Outras operações de câmbio	6.601		6.601	
Valores a receber de sociedades ligadas	2.147	1.103	1.157	611
Diversos	2.839	4.017	29.834	5.093
Total	543.085	589.093	583.433	596.203
Circulante	273.203	268.261	313.551	275.118
Realizável a longo prazo	269.882	320.832	269.882	321.085

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 12e(ii))	2.550	3.659	3.719	4.319
Contingências cíveis (nota 12e(i))	7.175	8.342	24.821	25.885
Outras	647	522	109	
Total	12.201	14.352	28.649	30.204

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 12e(i))	2.550	3.659	3.719	4.319
Contingências cíveis (nota 12e(ii))	7.175	8.342	24.821	25.910
Outras	863	542	109	
Total	12.417	14.372	28.649	30.229

(ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório.

(v) As operações de precatórios com entes não federais estão sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.545 (R\$ 1.655 em 31/12/2018). Já as operações com entes federais não estão sujeitas à provisão e foram classificadas no rating "AA", conforme nota 6.

8 Outros valores e bens

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bens não de uso próprio (i)	19.608	14.970	19.608	14.970
Despesas antecipadas	13.051	7.210	13.313	7.293
Comissões diferidas		44		44
Deságio na colocação de títulos	4.291	4.144	4.291	4.144
Outras despesas antecipadas	8.760	3.022	9.022	3.105
Total	32.659	22.180	32.921	22.263

Circulante 28.863 17.695 29.125 17.778
Realizável a longo prazo 3.796 4.485 3.796 4.485

(j) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Foi constituída uma provisão no montante de R\$ 1.637 (R\$ 1.167 em 31/12/2018).

9 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Resultado 2ºSemestre	Valor do investimento	2019	
							Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Resultado da equivalência patrimonial no 2ºSemestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.792	777	442	22.746	775	441
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	225.000	75,00	550	405	270	413	304	203
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.676	301	640	5.670	302	640
BLU Tecnologia Digital Ltda.	221.250	14,75	1.476	(359)	(320)	218	(31)	(47)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	24.717.000	74,90	25.327	(7.206)	(5.167)	18.625	(5.398)	(3.871)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	24.871	3.502	1.573	19.102	3.055	1.396
AD Participações Ltda.	1.250.000	99,52	1.682	475	420	1.674	473	418
DT Participações Ltda.	7.252.300	87,80	6.220	(1.807)	(1.294)	5.461	(1.629)	(1.137)
BLU Participações Ltda.	1.102.500	87,06	1.245	(22)	(270)	1.084	1	(245)
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	1.257	1.008	596	302	143	143
BS2 Participações Ltda.	980	98,00		(1)	(1)		(1)	(1)
Total de participações em coligadas e controladas no país						75.295	(2.006)	(2.060)
Dependências no exterior - Agência Cayman		100,00	405	2	2	405	2	2
Total						75.700	(2.004)	(2.058)

Em Assembleia realizada em setembro de 2019 foi deliberado aumento do capital social da Adiq - Soluções de Pagamento S.A. com aporte de novos sócios reduzindo a participação do Banco de 86% para 77,40%.

Em junho de 2019 o Banco adquiriu 160.080 ações da Butiá Participações S.A. passando a participar na sociedade com 24,00%.

Em Assembleia realizada em junho de 2019 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 33.000, aprovado pelo Banco Central em julho 2019.

Em abril de 2019 foi constituída a BLU Participações Ltda. com o capital social de R\$ 1.266 em que o Banco participa com 99,50%. O Banco integralizou sua participação na BLU Participações Ltda. mediante a transferência de um milhão duzentos e sessenta mil de suas quotas de capital da BLU Tecnologia Ltda. reduzindo sua participação direta de 98,75% para 14,75%.

Em maio de 2019 foi realizada nova alteração contratual da BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda. mudando sua denominação social para BLU Tecnologia Digital Ltda..

Em abril de 2019 o Banco alienou quotas de capital da DT Participações Ltda. reduzindo sua participação total de 99,80% para 87,80%. Em junho de 2019 foi realizada alteração contratual da DT Participações Ltda. aumentando o capital social de R\$ 5.010 para R\$ 8.260.

Em janeiro de 2019 foi realizada alteração contratual da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. reduzindo o capital social de R\$ 500 para R\$ 300.

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Valor do investimento	2018	
						Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Resultado da equivalência patrimonial no 2ºSemestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.015	1.053	21.971	1.050	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	325.000	75,00	628	187	471	139	
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.374	846	5.368	845	
BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda.	197.500	98,75	1.834	55	1.812	55	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.							

Conta digital sem mensalidade e sem taxas escondidas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas:

	2019							Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de quotas	Integralização de capital	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	21.971	775						22.746
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	471	304	(150)	(212)				413
BS2 Tecnologia Ltda.	5.368	302						5.670
BLU Tecnologia Digital Ltda.	1.812	(31)		(303)	(1.260)			218
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.286	(5.398)		9.737				18.625
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	5.313	3.055			10.734			19.102
AD Participações Ltda.	1.201	473						1.674
DT Participações Ltda.	4.768	(1.629)		2.886	20	(584)		5.461
BLU Participações Ltda.		1				(177)	1.260	1.084
Butá Participações S.A.		143	(22)		181			302
BS2P Participações Ltda.		(1)					1	
Dependências no exterior - Agência Cayman		2					409	(6)
Total	55.190	(2.004)	(22)	12.473	10.420	(2.021)	1.670	(6)

	2018							Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de quotas	Integralização de capital	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	20.921	1.050						21.971
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	366	139			(34)			471
BS2 Tecnologia Ltda.	4.523	845		1.283				5.368
BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda.	474	55						1.812
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.732	(627)		14.985	196	(5.000)		14.286
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.194	(4.706)		4.500	1.325			5.313
AD Participações Ltda.		(49)					1.250	1.201
DT Participações Ltda.		(232)					5.000	4.768
Total	35.210	(3.525)		20.768	1.487	(5.000)	6.250	55.190

10 Depósitos interfinanceiros e a prazo

	2019				2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos Interfinanceiros								
Flutuante	36.652	151.748	406	188.806	37.017	91.659	45.228	173.904
Depósitos a prazo								
Pré-fixados	8.906	23.874	95.637	128.417	25.438	13.754	105.611	144.803
Flutuantes	99.838	503.089	1.445.436	2.193.370	148.655	381.144	1.100.440	1.651.379
Total	108.744	526.963	1.692.341	2.473.055	174.093	394.898	1.206.051	2.140

	2019				2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos Interfinanceiros								
Flutuante	36.652	151.748	406	188.806	37.017	91.659	45.228	173.904
Depósitos a prazo								
Pré-fixados	8.906	23.873	95.637	128.416	25.438	13.754	105.611	144.803
Flutuantes	99.838	503.089	1.445.436	2.193.370	148.655	381.144	1.100.440	1.651.379
Total	108.744	526.962	1.541.073	2.321.786	174.093	394.898	1.206.051	2.140

11 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	Banco e Consolidado			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	26.199	39.569	1.571	67.339
Letras financeiras	286		6.411	6.697
Total	26.485	39.569	7.982	74.036

	Banco e Consolidado			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	20.642	47.814	15.338	83.859
Letras financeiras		1.076	268	1.344
Total	20.642	48.890	15.606	85.203

12 Outras obrigações

(a) Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Câmbio vendido a liquidar	4.630	17.119	4.630	17.119
Obrigações por compras de câmbio	3.852	13.590	3.852	13.590
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 6(a))	(1.873)		(1.873)	
Total - Circulante	6.609	30.709	6.609	30.709

(b) Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições			390	354
Impostos e contribuições a recolher	5.419	4.181	8.797	5.663
Provisão para impostos diferidos	1.783	1.383	1.783	1.383
Total	7.202	5.564	10.970	7.400
Circulante	6.887	4.555	10.655	6.391
Exigível a longo prazo	315	1.009	315	1.009

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	Banco e Consolidado	
	Recompras	Saldo
Principal da dívida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
Total	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
Total	20.000	80.000

Histórico de recompras da dívida subordinada	Banco e Consolidado	
	Recompras	Saldo
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
Total	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
Total	731	59.269

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois swaps cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 5(b). A seguir apresentamos a composição das dívidas subordinadas:

Taxa anual	Emissão	Datas de Vencimento	Saldo em US\$		Banco e Consolidado	
			2019	2018	2019	Saldo em R\$ 2018
9,25%	03/11/2010	03/11/2020	60.137	60.137	243.847	232.809
Circulante			60.137	868	243.847	3.360
Exigível a longo prazo				59.269		229.449

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Taxa anual	Emissão	Vencimento	Banco e Consolidado	
			2019	2018
130% CDI	abril a setembro de 2019	abril a setembro de 2024		12.018
135% CDI	abril a setembro de 2019	abril a setembro de 2024		716 (*)
135% CDI	abril a setembro de 2019	abril a setembro de 2024		20.376
135% CDI	abril a setembro de 2019	abril a setembro de 2024		3.369 (*)
100% IPCA + 4,68%	abril a setembro de 2019	agosto de 2024		307
100% IPCA + 4,82%	abril a setembro de 2019	julho de 2024		310
100% IPCA + 4,82%	abril a setembro de 2019	julho de 2024		307 (*)
100% IPCA + 4,98%	abril a setembro de 2019	junho de 2024		2.896
100% IPCA + 5,01%	abril a setembro de 2019	agosto de 2024		922 (*)
100% IPCA + 5,47%	abril a setembro de 2019	junho de 2024		1.319
100% IPCA + 6,17%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		390
100% IPCA + 6,22%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		629
100% IPCA + 6,37%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		420
100% IPCA + 6,42%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		368
100% IPCA + 6,47%	abril a setembro de 2019	abril a junho de 2024		949
100% IPCA + 6,77%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		634
100% IPCA + 6,87%	abril a setembro de 2019	maio de 2024		633
Total				46.563

(*) Em fase de autorização pelo BACEN, para compor como nível I e II do Patrimônio de Referência. Os demais títulos foram aprovados pelo BACEN para compor como nível I e II do Patrimônio de Referência.

(e) Diversas

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 24 (a))	564	1.353	240	756
Provisão de despesas com pessoal	12.411	11.618	20.187	17.929
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	13.958	9.077	35.242	11.128
Passivos contingentes (i)	28.649	30.204	28.649	30.229
Obrigações por transações de pagamento (ii)		2.621.155	4.585.488	2.621.155
Valores recebidos a repassar por operações de aquisição (iii)	7	313.005	616.432	313.005
Prestações recebidas e pendentes de baixa	3.734	2.853	4.044	2.865
Ordens de pagamento	20	167	20	367
Repasse Projeto Minha Casa Minha Vida	111	625	111	625
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2 f)		1.239		1.239
Valores de tarifas a devolver	18.985	23.843	18.985	23.843
Provisões técnicas de seguros			64.709	65.949
Outros (iv)	21.478	13.893	22.004	14.107
Total	99.917	3.029.032	5.396.111	3.103.197
Circulante	49.976	2.974.913	5.346.170	3.049.078
Realizável a longo prazo	49.941	54.119	49.941	54.119

(i) A Administração do Banco e do Consolidado revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 31 de dezembro de 2019 totalizavam R\$ 6.763 (R\$ 7.104 em 31/12/2018).

As contingências civis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporariamente e para os processos que não possuam liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da decisão final condenatória por ausência de subsídios suficientes para tanto, terão o valor de risco calculado pelo ticket médio de liquidação dos processos judiciais ativos e com valor de risco individualmente apurado.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	2019			Banco e Consolidado 2018		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Outros	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	4.319	25.885	109	6.786	43.714	50.500
Movimentação refletida no resultado:						
Constituições	3.719	21.327	109	25.155	876	10.834
Êxitos/reversões	(2.832)	(5.432)		(8.272)	(657)	(5.685)
Pagamentos	(1.487)	(16.959)		(18.438)	(2.686)	(23.635)
Saldo no fim do exercício	3.719	24.821	109	28.649	4.319	25.885

(ii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões. Em 2 de janeiro de 2019 ocorreu a transferência dos ativos e passivos relacionados às operações de aquisição, registrados nas rubricas de Relações interfinanceiras, Devedores diversos e Outras obrigações do Banco BS2 S.A., para sua Controlada Adiq Soluções de Pagamentos S.A.. Os respectivos valores foram mensurados com base nos livros contábeis de 31/12/2018.

(iii) "Valores recebidos a repassar por operações de aquisição" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

Acompanhe a performance dos seus investimentos em tempo real pelo app.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2019	71.331.854	17.996.489	89.328.343
Em 31 de dezembro de 2018	52.344.194		52.344.194

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No exercício de 2019, foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 14.000 (2018 - R\$ 13.500), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 11.900 (2018 - R\$ 11.475) formalizado em Ata da Reunião da Diretoria. O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

No exercício de 2018, também foram pagos um montante R\$ 4.000 referente a dividendos do exercício formalizado em Ata da Reunião da Diretoria.

(d) Opções de compra de ações

Em 2019, em concordância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo definido pelo Grupo BS2, foram outorgados os Programas de Opção de Compra de Ações das companhias Banco BS2, BS2 DTVM e ADIQ Soluções de Pagamento. Estes programas são baseados no valor de opções de compra de ações e liquidados em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao Plano quaisquer executivos e profissionais de alto nível do Banco e de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, além de prestadores de serviços, sem vínculo empregatício ou estatutário com aquele ou com estas. É papel do Conselho de Administração escolher, por seu único e exclusivo critério, os executivos e profissionais elegíveis ("Beneficiários"). Nesse âmbito, as opções de compra de ações foram concedidas a membros da diretoria estatutária e a alguns empregados das companhias.

O Programa outorgado pelo Banco BS2 é composto por 3 lotes, que passam a ser exercíveis a partir de zero (vestidas imediatamente), 0,7 e 1,7 anos da data de concessão, respectivamente. O Programa da companhia DTVM é composto por somente 2 lotes, que passam a ser exercíveis em 1 e 2 anos, respectivamente, da data de concessão. Já as outorgas da ADIQ são compostas também por 3 lotes, com o primeiro lote vestindo imediatamente, e o segundo e terceiro lotes com um tempo de carência médio de 0,9 e 1,9 anos, respectivamente, da data de concessão.

O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações está condicionado à manutenção do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas, de sorte que, desfeito esse vínculo, independentemente da causa, ficará extinta a opção, em relação às ações ainda não inscritas e integralizadas. O Banco BS2 e as demais empresas do grupo não têm qualquer obrigação legal ou não formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O prazo máximo de exercício (data de vencimento) dos programas é de aproximadamente 2 anos após a outorga. O preço de exercício de cada opção nos programas da BS2 e DTVM é calculado na data de exercício com base no valor patrimonial contábil de uma ação, apurada com base no último balanço anual ou balancete mensal do Banco, prevalecendo o que for mais recente em relação à data da subscrição. No programa ADIQ, o preço de exercício é fixado na outorga em R\$4,00.

As variações na quantidade consolidada de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentadas a seguir:

	Banco		Consolidado	
	Preço médio de exercício por ação - reais	Preço médio de exercício por ação - reais	Opções	Opções
Em 1º de janeiro				
Concedidas	5,29	2.950.809	3,53	4.971.469
Caducadas				
Exercidas				
Vencidas				
Em 31 de dezembro	5,29 (*)	2.950.809	3,53 (*)	4.971.469

As outorgas foram feitas em 2019, por isso não haviam opções em aberto em períodos anteriores. Todas as opções outorgadas continuam em aberto, sendo que 1.046,74 mil opções estão exercíveis. Nenhuma opção foi exercida, perdida ou vencida até o fim do período.

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2019 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	2019
30/04/2021 (BS2)	5,29 (*)	2.950.809
31/03/2021 (DTVM)	0,89 (*)	1.978.800
10/04/2021 (ADIQ)	4,00 (*)	41.860

(*) Para BS2 e DTVM, foi utilizado o último preço de exercício disponível, calculado na outorga, considerando que o preço de exercício praticado é calculado na data de cada exercício.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de Simulação de Monte Carlo, foi de R\$ 0,59 por opção. Foram utilizados os seguintes dados e premissas no modelo de precificação:

	Banco BS2	DTVM	ADIQ
Preço médio ponderado das Ações	3,28	1,04	17,35
Preço de Exercício	5,29	0,89	4,00
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	56,30%	56,30%	37,65%
Dividendos Esperados	0%	0%	2,40%
Taxa de Juros Livre de Risco	7,21%	7,34%	7,12% (média)

Para a determinação da volatilidade da BS2 e DTVM, utilizou-se como proxy a média da volatilidade histórica de 3 conglomerados financeiros listados na B3, que possuem modelos de negócio que se aproximam da empresa. O período utilizado foi de 2 anos anteriores à outorga, dado que este é o tempo de vida das opções. Já para a ADIQ, considerou-se somente uma empresa listada na bolsa como proxy, por ser a única da mesma área de atuação da companhia com dados suficientes para um cálculo embasado.

14 Imposto de renda e contribuição social**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos dos créditos tributários (nota 7(b)) apresentam-se como segue:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para perdas em ativos	11.078	14.984	11.078	14.984
Provisões passivas	24.205	23.274	25.688	24.553
Ajustes ao valor de mercado	1.281		1.282	
Outras diferenças temporárias	9.254	7.433	9.504	7.433
Total de diferenças temporárias	45.818	45.691	47.552	46.970
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	25.032	13.735	29.374	15.641
Base negativa - Contribuição Social	20.623	8.323	22.917	9.101
Total	91.473	67.749	99.843	71.712

(b) Movimentação dos créditos tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	2019			2018		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo no início do exercício	45.692	22.057	67.749	55.721	23.595	79.316
Constituição	30.451	23.597	54.048	14.079		14.079
Utilização	(30.324)		(30.324)	(24.108)	(1.538)	(25.646)
Saldo no fim do exercício	45.819	45.654	91.473	45.692	22.057	67.749
	Consolidado			2018		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Total
Saldo no início do exercício	47.277	24.435	71.712	55.721	24.012	79.733
Constituição	31.487	28.111	59.598	15.664	1.961	17.625
Utilização	(31.271)	(196)	(31.467)	(24.108)	(1.538)	(25.646)
Saldo no fim do exercício	47.493	52.350	99.843	47.277	24.435	71.712

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Banco		Consolidado	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
2020	13.390	12.813	16.128	15.432
2021	48.362	44.287	48.984	44.856
2022	21.236	18.609	25.211	22.092
2023	8.485	7.114	9.520	7.982
Total	91.473	82.823	99.843	90.362

O Banco e o Consolidado adotam a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2019 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2º semestre 2019		2019		Banco Exercícios 2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.363)	(16.363)	(10.085)	(10.085)	53.871	53.871
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(13.500)	(13.500)
Equivalência patrimonial	2.058	2.058	2.004	2.004	3.525	3.525
Ganho investimento em controlada	(10.734)	(10.734)	(10.734)	(10.734)		
Participações no lucro	(288)	(288)	(4.154)	(4.154)	(5.499)	(5.499)
Participação nos resultados de administradores Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	2.534		2.534			
Outras, líquidas	4.663	480	5.828	1.645	1.055	168
Base de cálculo	(32.130)	(38.847)	(28.607)	(35.324)	31.709	30.822
Alíquota Efetiva	(4.820)	(5.828)	(4.291)	(5.299)	4.756	6.164
Alíquota Adicional	(3.213)		(2.861)		3.148	(1.112)
Ajustes CSLL 5% (i)		(10.177)		(10.177)		
Incentivo Fiscal					(152)	
Imposto de renda e contribuição social	(8.033)	(16.005)	(7.152)	(15.476)	7.752	5.052

	2º semestre 2019		2019		Consolidado 2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.213)	(15.213)	(6.096)	(6.096)	51.641	51.641
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(13.500)	(13.500)
Equivalência patrimonial	(179)	(179)	(179)	(179)		
Ganho investimento em controlada	(10.734)	(10.734)	(10.734)	(10.734)		
Participações no lucro	1.847	8.376	8.376	8.376	8.722	8.722
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(3.583)	(3.343)	(3.583)	(3.343)	(8.052)	(8.052)
Outras, líquidas	4.645	462	5.886	1.703	961	74
Base de cálculo	(37.217)	(34.631)	(20.330)	(24.273)	39.772	38.885
Alíquota Efetiva	(5.962)	(7.124)	(5.467)	(6.787)	2.977	5.701
Alíquota Adicional	(3.998)		(3.692)		3.236	
Ajustes CSLL 5% (i)		(10.177)		(10.177)		(1.112)
Incentivo Fiscal			(8)		(165)	
Tributação pelo Lucro Presumido	58	26	111	52	15	9
Imposto de renda e contribuição social	(9.902)	(17.275)	(9.056)	(16.912)	6.063	4.598

	2º semestre 2019		2019		Consolidado 2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.213)	(15.213)	(6.096)	(6.096)	51.641	51.641
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(13.500)	(13.500)
Equivalência patrimonial	(179)	(179)	(179)	(179)		
Ganho investimento em controlada	(10.734)	(10.734)	(10.734)	(10.734)		
Participações no lucro	1.847	8.376	8.376	8.376	8.722	8.722
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(3.583)	(3.343)	(3.583)	(3.343)	(8.052)	(8.052)
Outras, líquidas	4.645	462	5.886	1.703	961	74
Base de cálculo	(37.217)	(34.631)	(20.330)	(24.273)	39.772	38.885
Alíquota Efetiva	(5.962)	(7.124)	(5.467)	(6.787)	2.977	5.701
Alíquota Adicional	(3.998)		(3.692)		3.236	
Ajustes CSLL 5% (i)		(10.177)		(10.177)		(1.112)
Incentivo Fiscal			(8)		(165)	
Tributação pelo Lucro Presumido	58	26	111	52	15	9
Imposto de renda e contribuição social	(9.902)	(17.275)	(9.056)	(16.912)	6.063	4.598

	2º semestre 2019		2019		Consolidado 2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.213)	(15.213)	(6.096)	(6.096)	51.641	51.641
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(13.500)	(13.500)
Equivalência patrimonial	(179)	(179)	(179)	(179)		
Ganho investimento em controlada	(10.734)	(10.734)	(10.734)	(10.734)		
Participações no lucro	1.847	8.376	8.376	8.376	8.722	8.722
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(3.583)	(3.343)	(3.583)	(3.343)	(8.052)	(8.052)
Outras, líquidas	4.645	462	5.886	1.703	961	74
Base de cálculo	(37.217)	(34.631)	(20.330)	(24.273)	39.772	38.885
Alíquota Efetiva	(5.962)	(7.124)	(5.467)	(6.787)	2.977	5.701
Alíquota Adicional	(3.998)		(3.692)		3.236	
Ajustes CSLL 5% (i)		(10.177)		(10.177)		(1.112)
Incentivo Fiscal			(8)		(165)	
Tributação pelo Lucro Presumido	58	26	111	52	15	9
Imposto de renda e contribuição social	(9.902)	(17.275)	(9.056)	(16.912)	6.063	4.598

	2º semestre 2019		2019		Consolidado 2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.213)	(15.213)	(6.096)	(6.096)	51.641	51.641
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre o capital próprio	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(14.000)	(13.500)	(13.500)
Equivalência patrimonial	(179)	(179)	(179)	(179)		
Ganho investimento em controlada	(10.734)	(10.734)	(10.734)	(10.734)</		

Conta Internacional com saldo em dólar e transferência instantânea.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

22 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado			
	2º Semestre 2019	2018	2º Semestre 2019	2018		
Recuperação / despesas de provisões operacionais (i)	3.259	6.181	18.478	3.402	8.059	19.765
Variações monetárias e cambiais	(1.090)	10.673	1.555	(938)	10.849	1.627
Ajuste a valor de mercado da captação externa	2.141	(1.662)	3.064	2.141	(1.662)	3.064
Rebate de contratos cedidos (ii)	2.573	6.076	10.346	2.573	6.076	10.346
Resultado operações com precatórios	39.397	119.518	133.672	39.397	119.518	133.672
Resultado operações com outros direitos creditórios	29.560	33.511	5.309	29.560	33.511	5.428
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(1.063)	(2.936)	(3.723)	(1.063)	(2.936)	(3.723)
Perdas com processos trabalhistas	(727)	(1.487)	(2.686)	(727)	(1.487)	(2.686)
Perdas com processos civis	(8.768)	(16.959)	(23.971)	(8.768)	(16.959)	(23.973)
Resultado de operações com seguros				1.205	2.655	4.476
Outras	1.595	2.315	894	1.461	1.839	1.013
Total	66.877	155.230	142.938	68.243	159.463	149.009

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências civis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso. (ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.

23 Cobertura de seguros

O Banco e Consolidado possuem cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

24 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	2º Semestre 2019		2018	
	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
Operações de Crédito		17.067		
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)		15.534		
Outras partes relacionadas (v)		1.533		
Depósitos à vista		(2.818)		(1.024)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		(9)		(36)
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)		(76)		(56)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		(226)		(174)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)		(5)		(20)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)		(158)		(53)
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)		(5)		(53)
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(1.921)		(54)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)		(2)		(2)
AD Participações Ltda. (iii)		(9)		(4)
DT Participações Ltda. (iii)		(4)		(15)
BLU Participações Ltda. (iii)		(5)		
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda (iii)		(1)		
Pessoal chave da Administração (iv)		(89)		(91)
Outras partes relacionadas (v)		(308)		(466)
Captações no mercado aberto	(1.279)	(163.312)	(1.824)	(68.325)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		(70)		(1.995)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		(29)		(846)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)		(15)		(33)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)		(975)		(1.128)
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(170)		(264)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)		(48)		(106)
Pessoal chave da Administração (iv)		(6.071)		(26.322)
Outras partes relacionadas (v)		(14.156)		(29.496)
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	(24.697)	1.582	(51.709)	(249)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		58		1
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)		(2.884)		(6.828)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		874		364
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)		(121)		11
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)		(11.899)		640
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)				1
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(9.793)		(17.301)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)				1
Operações de crédito / Receitas (Despesas) da intermediação financeira	(1.288)	(2.242)	(1.003)	(1.003)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		(1.460)		(2.506)
Outras partes relacionadas (v)		172		264

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Instituição financeira coligada do Banco BS2 até agosto de 2017 quando foi realizada uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A. sua participação.

(iii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.

(iv) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A.

(v) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

	2º Semestre 2019		2018	
	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
Operações de Crédito		1.533		
Outras partes relacionadas (iv)		1.533		
Depósitos à vista		(482)		(649)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		(9)		(36)
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)		(76)		(56)
Pessoal chave da Administração (iii)		(89)		(91)
Outras partes relacionadas (iv)		(308)		(466)
Captações no mercado aberto	(70)	(21.607)	(293)	(57.813)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		(70)		(1.995)
Pessoal chave da Administração (iii)		(1.380)		(293)
Outras partes relacionadas (iv)		(6.071)		(26.322)
Outras partes relacionadas (v)		(14.156)		(29.496)
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	(2.884)	932	(6.828)	365
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		58		1
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)		(2.884)		(6.828)
Receitas (Despesas) da intermediação financeira	172	264	264	264
Outras partes relacionadas (v)		172		264

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.

(iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A.

(iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Banco		Consolidado			
	2º semestre 2019	2018	2º semestre 2019	2018		
Honorário	4.073	7.766	7.546	5.023	9.921	9.996
Participação nos lucros e resultados	426	2.534	3.950	96	3.160	5.406
Encargos sociais	954	2.279	1.999	1.152	2.850	2.538
Total	5.453	12.579	13.495	6.271	15.931	17.940

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal-chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 13 (d).

Conforme legislação vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

25 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2019	2018
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	373.284	235.595
(+) Capital Principal (a)	373.284	235.595
(+) Capital Social e Reservas	446.721	261.721
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	45.362	48.945
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	136	1.179
(-) Ajustes Prudenciais	118.934	76.250
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	33.000	45.890
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	33.000	45.890
(-) Deduções do Nível II		
(=) Patrimônio de Referência Total	406.285	281.484
Alocação de Capital por Risco		
Risco de Crédito (RWAcpad)	2.912.530	1.865.855
Risco de Mercado (RWAajur + RWAacm + RWAacs + RWAacom)	285.651	241.035
Risco Operacional (RWAopad)	316.961	341.711
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.515.143	2.448.600
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	281.211	211.192
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	287.508	234.715
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	125.073	70.293
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	30.898	858
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	162.376	88.679
Margem sobre o Capital Principal Requerido	215.103	125.408
Índice de Basileia - PR	11,56%	11,50%
Índice do Nível I	10,62%	9,62%
Índice do Capital Principal	10,62%	9,62%
Índice de Imobilização	17,94%	21,91%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2018 prevaleceu o saldo da dívida subordinada em 31/12/2018 após a aplicação do redutor de 80% e em dezembro de 2019 o redutor passou para 100% e por isso não foi considerado nenhum saldo de dívida subordinada na composição do capital de Nível II. No entanto, em dezembro de 2019, foi considerado o saldo de Letras Financeiras autorizadas a compor o Nível II com redutor de 20%. Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2019, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,56% (11,50% em 2018), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia + ACP) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 10,62% (9,62% em 2018), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6,0% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 406.285 (R\$ 281.484 em 2018) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 281.211 (R\$ 211.192 em 2018) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 287.508 (R\$ 234.715 em 2018), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 30.898 (R\$ 858 em 2018).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

26 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Banco e Consolidado, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e Consolidado.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco e Consolidado reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normalização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (Value at Risk) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV - Risco operacional e socioambiental - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de risco operacional e socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco e Consolidado definiram sua política de gestão de risco operacional e socioambiental, na qual as responsabilidades, os princípios e diretrizes estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidos em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

Gerenciamento de continuidade de negócios - GCN

O Banco e Consolidado conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da continuidade de negócios permite ao Banco e Consolidado planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado definiram sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Banco e Consolidado e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento do risco de mercado e liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (Stress Test) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o Banco adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

27 Outras informações

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira Banking não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira Banking (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações de 31/12/2018 e 31/12/2019 respectivamente, divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nos mercados de 31/12/2018 e 31/12/2019 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nos mercados de 31/12/2018 e 31/12/2019 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição (Banco e Consolidado).

Carteira Total	Exposições		Em 31/12/2019 (*)		
	Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(8)	(1.217)	(2.273)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras		10	(7)	(14)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(151)	(3.771)	(7.541)	

Conheça as nossas soluções para a sua empresa.

Acesse empresas.bs2.com



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Carteira Total Fatores de Risco	Exposições Risco de Variação em:	Em 31/12/2018 (*)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(27)	(4.874)	(9.481)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(61)	(56)	(108)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(105)	(2.629)	(5.257)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(23)	(2.207)	(4.346)
Ações	Preço das Ações	157	(3.925)	(7.849)
Demais	Demais fatores de risco	9.262	(861)	(1.725)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		9.203	(14.551)	(28.766)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		4.840	(7.961)	(15.617)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira Trading, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira Trading Fatores de Risco	Exposições Risco de Variação em:	Em 31/12/2019 (*)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(6)	(1.034)	(1.911)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	4	(4)	(7)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(142)	(3.550)	(7.100)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(8)	(517)	(996)
Ações	Preço das Ações	217	(5.437)	(10.873)
Demais	Demais fatores de risco	(9.154)	(823)	(1.624)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(9.089)	(11.364)	(22.512)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(3.189)	(5.630)	(11.053)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Trading Fatores de Risco	Exposições Risco de Variação em:	Em 31/12/2018 (*)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(1)	(99)	(195)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	10	(8)	(15)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(169)	(4.233)	(8.467)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(8)	(16)
Ações	Preço das Ações	157	(3.925)	(7.849)
Demais	Demais fatores de risco	(6.316)	(1.024)	(2.035)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(6.319)	(9.297)	(18.577)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(5.670)	(1.921)	(3.825)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

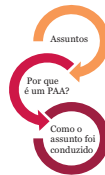
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas explicativas 2(f) e 6)</p> <p>A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN no. 2.082/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito. O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente. Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) cálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores calculados e os valores contabilizados; e vii) elaboração das notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(k) e 14)</p> <p>O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco e suas controladas apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução no. 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração. Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria. Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável. Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas, bem como consideramos que as premissas adotadas na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>
<p>Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 2(f), 6(a) e 7(b))</p> <p>A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios. O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios. Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação. Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considero: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ("backtesting"); e iii) analisamos a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>



28 Eventos subsequentes

A controlada do Banco, Adiq Soluções de Pagamento S.A. ("Adiq") realizou assembleia geral extraordinária em 12 de fevereiro de 2020 deliberando a alienação dos programas de computador adquiridos da Accede Gestão de Participações Ltda., também subscritora do aumento de capital da Adiq realizado em setembro de 2019, para a controlada do Banco, BS2 Tecnologia Ltda. ("BS2 Tecnologia") pelo preço de R\$ 15 milhões. A Adiq assinou contrato de locação dos programas de computador alienados, por 36 meses, prorrogáveis conforme a vontade das partes, sendo que a manutenção dos sistemas será realizada pela locadora, BS2 Tecnologia.

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Presidente
Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Vice-Presidente Executiva
Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial
Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva
Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo
Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Presidente
João Claudio Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira
Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira
Luiz Flávio Pentagna Guimarães - Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

<p>Ambiente de tecnologia de informação</p> <p>O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio. Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados a acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco. Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.</p>
--	--

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) do Banco BS2 S.A. referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, bem como a demonstração consolidada do valor adicionado do Banco BS2 S.A. e suas controladas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras dos semestres e exercício correntes e que dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2